



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 4/2007

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL
DE 2007: -----**

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. Luis Filipe da Silva Cainé, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Dr^a. Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luis Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Marco António Saborano Custódio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou a falta do Sr. Deputado Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo.

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e vinte cinco minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e a ausência anteriormente referidas. -----

-----**TOMADA DE POSSE DO DEPUTADO SR. FERNANDO MANUEL DOS SANTOS ALVES:**-----

----- Na sequência do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo deputado sr. Manuel Ferreira Inocência e tendo sido convocado o membro posicionado a seguir na respectiva lista de candidatura, conforme estipulado no art.º 79º., conjugado com o disposto no art.º 47º., ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresentou-se o deputado sr. Fernando Manuel dos Santos Alves, o qual prestou juramento legal e foi empossado como deputado da Assembleia Municipal de Mira. Em nome da bancada do PSD, o sr. deputado Dr. Juan António, congratulou-se com o regresso à Assembleia Municipal do sr. Fernando Alves.

----- **APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:**-----

----- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi posta à aprovação a acta da sessão extraordinária realizada em 27 de Dezembro de 2006, a qual foi aprovada por maioria com duas abstenções dos senhores deputados Dr. Juan António Apolinário e Fernando Manuel Alves, por não terem estado presentes na mencionada reunião. Seguidamente, foi, igualmente, posta à aprovação, a acta da sessão extraordinária de 28 de Fevereiro de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2007, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma correcção sugerida pelo 2º. Secretário, sr. Paulo Reigota, por constar o seu nome na relação de faltas justificadas, quando, na verdade, o mesmo esteve presente na sessão como, aliás, se encontra registado no campo das presenças. Abstiveram-se todos os elementos da bancada do PSD, tendo tal posição sido justificada pelo líder da bancada, Dr. Raul de Almeida que declarou que a mesma ficava a dever-se ao facto de se terem ausentado da reunião durante um espaço de tempo, não tendo participado na discussão e votação do ponto três da ordem de trabalhos da reunião, designadamente, a “Declaração de interesse público municipal dos equipamentos, restaurante e picadeiro, casa de hóspedes e valências desportivas, da Herdade Lago Real, do promotor Manuel Rato Frade”. Por seu lado, os deputados Dr. Miguel Mingatos e Fernando Alves, declararam que se tinham abtido por não terem estado presentes na aludida sessão.-----

---- **INFORMAÇÕES:** -----

----- Usou da palavra o 1º. Secretário da Mesa da Assembleia, Engº. Calisto Coquim que a todos deu conhecimento do convite endereçado pela Câmara Municipal para participação nas comemorações do “25 de Abril”, a levar a efeito no jardim municipal da Vila. -----

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia interveio para dizer que o “25 de Abril” já tinha acontecido há 33 anos e, no entanto, para quem o tinha vivido, mais parecia que tinha sido ontem, embora para as gerações mais novas fosse apenas história; que, para quem o tinha vivido era, para além de história, também emoção; que, se quem o viveu continuar a transmitir às próximas gerações as formas de comemorar o “25 de Abril”, as



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novas gerações, para além da história convivem também com a emoção que aqueles que o viveram sentem e expressam e, daqui a mais 33 anos, ver-se-ão as próximas gerações a conviverem também com a emoção que as actuais lhes transmitem, o que significa que está nas mãos e nos actos das gerações actuais sustentar a forma de ver e viver um dos momentos mais belos da história de Portugal. -----

----- De seguida, pelo sr. Secretário Engº. Calisto Coquim foi solicitada a inclusão de um assunto na ordem do dia, designadamente o ponto cinco “Alteração do Plano Director Municipal – Campo de Golfe e Zona Industrial do Montalvo – Tomada de conhecimento do parecer da CCDR-C”, tendo a autorização sido, unanimemente, concedida. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- Interveio, em primeiro lugar, o deputado Dr. Juan António Apolinário para apresentar diversas questões e alguns reparos, designadamente, o estado de degradação em que se encontram as entradas principais do concelho, quer a Norte, quer a Sul, assim como a necessidade de requalificação do Lago do Mar, registando a reparação que tinha sido feita entre a ponte e a rotunda, na zona dos empreendimentos Miravillas e Miroásis, pena era que não tivesse tido continuidade na envolvente do Lago do Mar. Para além disso, quis saber se já havia algum projecto para instalação de parque infantil na Praia de Mira, qual o período de validade do contrato feito com a empresa responsável pelos parquímetros e se haveria ou não possibilidade da sua revisão por forma a acautelar mais receitas para o município. Por último, disse que o PDM tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido revisto mas que, nalguns aspectos, continuava a ser um instrumento de ordenamento do território altamente castrador para o desenvolvimento de Mira. -----

-----O sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira solicitou esclarecimentos, por parte do Executivo Municipal relativamente à futura lota, porquanto se constava que existiam alguns problemas com os donos ou utilizadores dos armazéns existentes, pelo que gostaria de ser esclarecido, uma vez que não tinha sido consultado oficialmente sobre o assunto e o que sabia era apenas o que ouvia comentar. Solicitou, depois, o arranjo de alguns passeios na sua freguesia, designadamente junto à Delegação Marítima e Centro Cultural, aliás, já por diversas vezes por si pedido mas nunca satisfeito, para além de que, com muito espanto seu, tinha verificado a execução de alguns arranjos junto do edifício da Comissão de Melhoramentos e Junta de Freguesia.--

-----O sr. Engº. Calisto Coquim usou da palavra para propor que fosse dado início a uma revisão do Regimento da Assembleia Municipal, mediante a constituição de uma comissão designada para o efeito, composta por um elemento de cada bancada, conjuntamente com a Mesa. Assim, foram designados para formar a comissão o sr. Engº. Calisto Coquim, em representação da Mesa, a srª. deputada Profª. Maria Elzita Seixas, em representação da bancada do Partido Socialista e o deputado Dr. Raul Almeida, em representação da bancada do Partido Social Democrata, tendo o representante da bancada do MEL, sr. Carlos Milheirão prescindido de fazer parte da referida comissão. -----

-----O sr. Engº. Coquim prosseguiu a sua intervenção alertando para a deficiente orientação dos focos luminosos colocados junto ao Cruzeiro, no Seixo, a provocarem



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encadeamento no trânsito e também chamando a atenção para o facto de existirem novos ramais de abastecimento de água no Cabeço, cujas ligações às respectivas habitações não se encontram ainda efectuadas, causando transtorno aos habitantes.-----

----- Interveio o sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins, em substituição do sr. Presidente, por motivo de doença deste, tendo começado por dar as boas-vindas ao sr. deputado Fernando Alves, assim como registar o regresso do deputado Dr. Filipe Cainé, após um período de interregno, do mesmo modo que fez questão de registar, com agrado, a nomeação do sr. Presidente da Mesa da Assembleia para Presidente do Conselho de Administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra. -----

----- De seguida, respondeu às questões anteriormente colocadas, começando por referir que, no tocante às entradas do concelho, designadamente à saída da A17, tinha já sido efectuada uma limpeza do espaço recentemente, embora se reconhecesse que muito mais haveria a fazer, até mesmo na própria rotunda. Em relação às melhorias a efectuar na EN109, informou que brevemente seria consignada a execução da nova ponte no Cabeço. Já quanto ao parque infantil da Praia de Mira, disse que o projecto estava elaborado estando em estudo a sua implantação, em coordenação com os serviços Florestais, do mesmo modo que a beneficiação da estrada junto ao Lago do Mar fazia parte de um conjunto integrado com o Parque de Campismo Municipal e também com a aprovação do Plano de Urbanização da Praia de Mira, estando prevista a continuidade da avenida e a beneficiação daquele troço. Quanto ao contrato relativo à instalação de parquímetros, disse que o mesmo terminava em 31 de Julho de 2008 e no tocante ao PDM informou que a Câmara Municipal estava preocupada com isso, sendo ainda mais



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

difícil porquanto não estavam ainda em pleno vigor os planos regionais de ordenamento do território. Sobre a lota, informou que a empreitada já tinha sido consignada e, brevemente, iriam ser iniciadas as obras no terreno, que, têm havido contactos e reuniões com os pescadores e que lhe parecia que o assunto estava bem encaminhado. Relativamente ao calcetamento efectuado junto à Comissão de Melhoramentos da Praia de Mira, disse que tinha sido solicitada à Câmara Municipal a execução de umas letras em pedra, assim como a colocação de algumas flores, do mesmo passo que também reconhecia a necessidade de conclusão do calcetamento junto ao Centro Cultural, estando na mente dos serviços fazer a conclusão desse trabalho. Quanto aos holofotes do Seixo, disse que tinha tomado nota, assim como a ligação dos ramais na localidade do Cabeço, em que a obra não tinha ficado concluída, por motivo de falência da empresa responsável, aguardando-se agora a execução das obras na ponte do Cabeço para concluir as travessias em falta, assim como do saneamento, esperando-se que, a breve trecho, o problema ficasse resolvido. -----

----- O sr. deputado Dr. Juan António disse que era com agrado que tinha ficado a saber da obra de alargamento da ponte do Cabeço, embora fosse importante ter-se conhecimento da respectiva calendarização, assim como também relativamente às melhorias que tinha reclamado para a Praia de Mira, sendo o parque infantil apenas o mote, porquanto reconhecia que a Câmara Municipal era capaz de fazer melhor e disso já tinha dado provas em outras situações. -----

----- O sr. deputado Carlos Milheirão lembrou que o que estava feito junto ao Centro Cultural da Praia já remontava ao ano de 2005 estando agora sujeito a degradação a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cada dia que passava e, quanto à lota, disse que havia muitos pormenores que pairavam no ar e muitas dúvidas, desde eventuais pedidos de indemnização por parte dos detentores dos alvarás dos armazéns, etc., pelo que gostaria de ser esclarecido acerca do que se passava.-----

----- Usou da palavra o sr. Vereador Dr. Miguel Grego que disse que o sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha acompanhado o processo da lota, enquanto deputado municipal, desde a assinatura de protocolos com a companhias, com a CCDDR-C e com a “Docapesca” e ainda a declaração de interesse público municipal, para além de que, na qualidade de deputado municipal, estava ao corrente da situação e tinha expressado a sua opinião sobre o empreendimento; que, se tinha entendido dialogar, uma vez mais, com as companhias, no sentido de proporcionar o menor engulho possível às pessoas que ali encontram o seu ganha-pão, para isso se tendo proporcionado reuniões com todas as companhias, tendo ainda aparecido um determinado senhor a arrogar-se dono de um dos armazéns, quando todos eram conhecedores de qual a titularidade que as pessoas detinham sobre aqueles armazéns, estando esse caso entregue à CCDDR-C e também ao departamento jurídico da Câmara Municipal, uma vez que só lá poderiam ter armazéns quem tinha companhias; que, nada disso impedia que fosse dado início às obras e que se tem tentado articular todos os interesses em jogo pela via do diálogo, embora, infelizmente, da parte de certos actores julgados os mais interessados, tenha faltado algum diálogo, para além de que, recentemente, tinha aparecido mais uma pessoa a arrogar-se dono dos três armazéns situados mais a Norte, pelo que havia entidades que geriam a orla marítima e que tinham que se pronunciar



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre isso, no entanto a Câmara Municipal estava perfeitamente descansada, face aos protocolos que tinham sido assinados. -----

----- O sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira agradeceu a resposta dada, disse que já tinha conhecimento dela e que apenas tinha pretendido que a restante assembleia ficasse igualmente conhecedora do que se estava a passar. -----

----- O deputado Prof. Luis Lourenço alertou para a necessidade de conservação da pista pedonal, a qual estava esquecida, sobretudo as pontes envolventes da lagoa e da barrinha que estavam a ficar em estado deplorável, havendo necessidade de intervenção a breve prazo e também no tocante à Zona Industrial que não era nada atractiva, apresentando um aspecto degradado, para além da situação lá existente, bem próximo da EN 109, a causar um enorme impacto visual, designadamente uma unidade de recolha ou tratamento de lixo que apresentava um aspecto indescritível, sendo necessário tomar uma atitude urgentemente. Referiu-se, depois, a problema eléctrico existente na zona da Piscina Municipal em que, sempre que chovia um pouco ou havia trovoadas toda aquela zona ficava desprovida de corrente eléctrica, pelo que teria que ser visto o que se passava para se resolver o problema. Por fim, reportou-se ao plano nacional de leitura em que diversas autarquias do Distrito de Coimbra tinham já assinado protocolos na perspectiva de elevarem o nível de literacia dos seus munícipes, querendo saber se estava ou não nas expectativas da Câmara Municipal de Mira tomar idêntica postura. ----

----- O deputado sr. Gabriel Pinho referiu-se à estrada que liga a rotunda da A17 à povoação de Carapelhos e à recente beneficiação levada a efeito na mesma, a nível de marcas rodoviárias, tendo dito que da maneira que tinha sido feita pouco valia, uma vez



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a estrada era tão estreita que toda ela carecia de traço contínuo, para além de que, as curvas mais fechadas onde já tinham acontecido acidentes mortais, continuavam com traço descontínuo, pelo que deveria ser rectificado o trabalho feito. Reportou-se, depois, ao estado em que se encontravam os candeeiros de iluminação do circuito pedonal na zona da Barrinha, os quais se encontravam tombados e com cabos descarnados, à vista, tornando-se um perigo eminente, para além do número elevado de lâmpadas que se encontram fundidas na mesma zona, pelo que era urgente fazer-se a manutenção daquele espaço. Por fim, pediu informação relativamente aos vasos de palmeiras que tinham sido colocados, no último Verão, na marginal da Praia de Mira, perguntando se seriam novamente recuperados ou não. -----

----- O sr. deputado Dr. Paulo Grego iniciou a sua intervenção para agradecer o apoio prestado pelos técnicos da autarquia às duas associações concelhias que tinham concorrido ao projecto da saúde e segurança nas instalações desportivas, no âmbito do Instituto Nacional do Desporto, ao mesmo tempo que solicitou o natural empenho do sr. Vice-Presidente para que as duas candidaturas, a do Clube Domus Nostra e a da Associação do Seixo tivessem sucesso. Falou, depois, da necessidade de reparação do Largo da Feira de Portomar, da imensa actividade desportiva e cultural desenvolvida desde a última sessão da Assembleia Municipal e ainda da grande quantidade de informação existente na Net e também da quantidade significativa de concursos em execução e empreitadas, contrariando um pouco as notícias publicadas na imprensa apelidando Mira de “um concelho parado” -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O sr. Vice-Presidente usou da palavra para informar que, no tocante à limpeza da pista pedonal, estavam já incumbidas duas pessoas de efectuarem o trabalho, ao mesmo tempo que existia também uma candidatura ao “iCentro”, assim como se estava a preparar uma equipa de pessoas para se ocuparem da respectiva manutenção. Sobre a reparação da ponte, informou que o material se encontrava já nos armazéns da Câmara e que a sua execução iria ser feita brevemente. Quanto ao lixo existente na zona industrial, disse que se tratava de uma unidade de reciclagem de plásticos, que também reconhecia que não era bonito e que tinha tomado a devida nota. Relativamente ao plano de leitura, informou que a Câmara estava atenta e que já havia contactos com a Dr^a. Isabel Alçada. Sobre o problema da luz nas imediações da Escola Secundária, disse que já tinha sido comunicado à EDP, aguardando-se a resolução do problema aquando do arranjo do campo do Ala-Arriba. Quanto às marcas rodoviárias efectuadas na estrada de Carapelhos, disse que tinha tomado nota das observações feitas e quanto à iluminação da pista pedonal junto à Barrinha informou que era da responsabilidade da EDP e que esta já tinha sido notificada. -----

----- Interveio o deputado sr. Fernando Alves para se reportar à página quatro da informação dos serviços, designadamente à “Feira dos Grelhos” em que tinha estado um artesão a trabalhar em madeira no espaço destinado a jardim infantil, e que ainda hoje lá se encontravam inúmeros pedaços de madeira que poderão vir a magoar os utentes, tendo este sido um descuido grave do gabinete de estudos e projectos da Câmara Municipal, o que, no futuro, não deveria vir a repetir-se. Fez também um reparo ao facto do mesmo relatório conter a indicação da reparação de bancos do parque infantil dos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Leitões quando, na verdade, aquela localidade não tinha nenhuma infra-estrutura dessas, apenas um largo cujos bancos tinham sido reparados e pena era que num largo que, efectivamente, era frequentado por crianças, tivessem sido deixados os restos, pedaços de madeira alguma dela já podre, num balde com capacidade para 20 litros que ainda hoje lá permaneciam -----

----- O deputado Dr. Juan António questionou relativamente ao ponto da situação das zonas industriais do concelho e quais as “démarches” feitas pela Câmara Municipal para tentar captar investidores para o concelho. Também relativamente à habitação social na Praia de Mira, perguntou se estavam já feitos os registos dos respectivos terrenos a favor da Câmara Municipal.-----

----- O sr. deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Mira, sr. António Alberto referiu que muito ali se tem solicitado apoio para as diversas localidades e que para a freguesia de Mira ninguém ainda tinha reivindicado nada mas, na verdade, na área da sua freguesia existiam inúmeras carências, por isso solicitava ao executivo que não esquecesse a sua freguesia que bem precisava de apoio. -----

----- O deputado Dr. Raul Almeida interveio para se reportar à questão da lota na Praia de Mira, dizendo que do que ali tinha sido afirmado, concluía que na articulação entre as diversas entidades havia uma com a qual não tinha sido feita articulação que era a Junta de Freguesia da Praia de Mira, entidade que estava mais próxima do local da obra e que não tinha sido ouvida nas negociações. Outra nota que deixou dizia respeito à ponte do Cabeço e ao início das obras, tendo-se manifestado satisfeito, ao mesmo tempo que alertou para a necessidade de reparação de toda a EN 109. Quanto ao Largo da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Feira de Portomar, disse que, de facto, não estava bem, mas também recordou que a 3ª. fase que estava prevista tinha sido iniciada muito tardiamente e só ao final de dois anos ia ser efectuada. Por último deixou duas questões, a primeira relativamente à Cooperativa Agrícola Mirense, em que sabia que haveria perspectivas de um acordo do que gostaria de ser informado e a segunda relativamente à Pescanova, em que tinha tido conhecimento de uma renegociação ou alteração de localização que tinham sido aprovadas em reunião de Câmara e de que gostaria, igualmente, de ser esclarecido. -----

----- O representante do Executivo interveio para dar resposta às questões anteriormente apresentadas, tendo começado por responder ao sr. deputado Fernando Alves. Assim, disse que tinha tomado a devida nota das observações feitas relativamente à utilização indevida do parque infantil de Mira por artesão a efectuar trabalhos em madeira e no tocante ao parque dos Leitões disse que tinham sido levados a efeito alguns trabalhos de conservação do mesmo, incluindo a reparação de bancos que se encontravam degradados, os quais tinham sido retirados e reparados nos armazéns da Câmara. Quanto às zonas industriais, designadamente o pólo II, disse que a 1ª. fase do loteamento estava já na Conservatória de Registo Predial, para efeitos de registo e que havia já alguns empresários interessados. Sobre a habitação social na Praia de Mira, informou que se encontrava com a Comissão de Análise, tendo sido concedido um novo prazo para entrega de documentação actualizada e iria haver brevemente uma reunião para tratar do assunto. Sobre a solicitação feita pelo sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, disse que não tinham sido ainda totalmente atribuídas as verbas constantes dos protocolos celebrados, no entanto sempre se procurava atender a todas as Juntas com



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

equidade, procurando resolver os pequenos problemas que sempre iam surgindo, muito embora pudessem haver falhas, cabendo aos autarcas alguma persistência para atingirem os seus objectivos. Quanto à necessidade de intervenção na EN109 e a obra de alargamento da ponte do Cabeço eram empreitadas diferentes e quanto à Pescanova disse que não se lembrava de ter havido nenhuma alteração recentemente aprovada em reunião de câmara. Relativamente às obras do Largo da Feira de Portomar, disse que o processo era um pouco complexo e todos tinham premência em que o assunto fosse resolvido, para bem dos habitantes e também dos próprios feirantes e tudo estava a ser feito para resolver o problema.-----

-----No tocante ao problema da Cooperativa, o sr. Vereador Dr. Miguel Grego deu conhecimento de que a Câmara Municipal estava a tentar que fosse dado cumprimento ao que tinha sido estipulado no contrato-promessa assinado por ambas as partes e que, finalmente, se tinha conseguido demover a Direcção da Cooperativa Agrícola Mirense dos seus intentos de não assinar, fazendo valer os argumentos da autarquia e apenas se tinha feito a rectificação de uma deliberação de câmara que não continha a identificação completa do prédio e que, a partir dali, se estava em condições de celebrar a competente escritura pública do terreno sito em Matos de Fora, o que se previa a breve trecho. Para finalizar a sua intervenção, disse que relativamente à Pescanova não tinha havido qualquer mudança e que o processo se encontrava em estudo de impacte ambiental.-----

-----O deputado Dr. Raul Almeida interveio para dizer que era do conhecimento geral que o Executivo tem desenvolvido esforços no sentido de levar a bom porto a assinatura da escritura decorrente do contrato-promessa já celebrado com a Cooperativa, no



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entanto, até à presente data, ainda não o tinha conseguido e que, quando tinha falado num acordo era porque tinha sido deliberado executar judicialmente o contrato-promessa mas, segundo pensava, não o tinha chegado a fazer, por isso, pressupunha que teria havido um acordo, ou pelo menos a tentativa de resolução sem recurso à via judicial. Relativamente à Pescanova, disse que iria tentar informar-se melhor mas que tinha chegado ao seu conhecimento que teria havido uma deliberação de câmara para prolongamento de uma estrada e era apenas a isso que se estava a referir e não ao estudo de impacte ambiental. -----

----- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego respondeu que, no atinente à Pescanova, se mantinha a proposta inicial, que não tinha havido qualquer mudança de localização, apenas um dos compromissos que a Câmara Municipal tinha que cumprir era a execução de estradas e também o abastecimento de água e saneamento e tudo estava a ser feito para cumprir o compromisso inicialmente assumido. -----

----- O sr. deputado Dr. Juan António perguntou, de novo, se já estava concretizado o registo dos terrenos destinados a habitação social na Videira Norte, tendo o sr. Vice-Presidente respondido que o assunto tinha sido impugnado judicialmente. -----

----- O sr. Presidente da Mesa lembrou que estava já esgotado o tempo destinado ao período de “Antes da Ordem do Dia”, tendo havido alguma contestação por parte dos senhores deputados que se encontravam ainda inscritos para intervir. Ainda assim, o sr. Presidente da Mesa deu por encerrado este período da sessão para passar ao período seguinte. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”:-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara reportou-se ao Resumo Diário de Tesouraria à data de 11 de Abril corrente, o qual apresenta um total de disponibilidades de 663.803,91 €, sendo 514.256,60 referente a operações orçamentais e 149.547,31 € de operações de tesouraria. Referiu ainda que, relativamente à anterior gerência de 2006, se tinha conseguido cumprir com algum esforço os limites de endividamento líquido protagonizado no Orçamento de Estado para 2006; que, relativamente ao ano de 2007, a fórmula do cálculo dos limites de endividamento, tinha sido significativamente alterada em virtude da recente aprovação da Lei das Finanças Locais tendo, em termos práticos, aumentado ligeiramente os limiares de endividamento, não podendo, em 2007, o endividamento líquido exceder 25% das receitas provenientes dos impostos municipais (IMT, IMI, Imposto sobre Veículos, Sisa e Autárquica) e que, apesar dos limiares do endividamento serem superiores a autarquia iria tentar manter o mesmo nível anterior ou, se possível, reduzi-lo, tentando minorar as dificuldades de tesouraria existentes. Por fim, deu conhecimento dos montante das receitas, de capital e correntes, informação que se encontra plasmada no relatório acima referido e que se encontra anexo à presente acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- PONTO DOIS: “Aprovação, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artº. 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Janeiro do Regulamento Municipal de Funcionamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada no Concelho de Mira”; -----

-----O sr. Vereador Dr. Manuel Martins fez a introdução do tema, tendo explicado os procedimentos levados a efeito anteriormente, com vista à aprovação do regulamento em apreço, ao que se seguiram as intervenções dos senhores deputados presentes, desde logo o deputado sr. Filipe Barreto que disse que o limitar o estacionamento dentro de uma localidade, deveria servir única e exclusivamente para, de alguma forma, regulamentar esse mesmo estacionamento dentro da própria vila ou cidade e o seu prolongamento poderá causar aos munícipes e mesmo ao comércio algum prejuízo e entendia que a zona de estacionamento limitado deveria ser apenas o centro, não se estendendo para outras zonas para não castigar ainda mais os munícipes, pelo que como estava era correcto e não fazia sentido acrescentar-se mais nenhuma zona. -----

-----No seguimento da intervenção do deputado sr. Luis Filipe Barreto, interveio o sr. deputado Dr. Raul Almeida que solicitou esclarecimento relativamente ao fraccionamento do período de estacionamento e perguntou também o que é que a Câmara Municipal pretendia com o alargamento proposto a outras zonas, bem como se tinha sido feito o cálculo da vantagem patrimonial que daí poderia advir. -----

-----O deputado Prof. Luis Lourenço interveio para manifestar, em primeiro lugar, uma nota de agrado em relação à proposta apresentada, no sentido da redução do estacionamento pago das 22:00 horas para as 20:00 horas, no caso da Praia de Mira, embora, na sua opinião devesse passar a ser apenas até às 19:00 horas. Disse, depois, que seria bom que fossem definidas concretamente quais eram as zonas de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estacionamento, uma vez que constava em acta que não iria haver aumento de lugares de estacionamento pago, apenas a legalização de uma situação que, na prática, já existia, mas o facto é que se falava na Rua Marquês de Pombal, a qual se prolongava até ao início da localidade da Lagoa e que, actualmente não tinha estacionamento pago. Por fim, falou no estacionamento junto ao Campo do Touring, porquanto era referido que iria sofrer beneficiação e, por outro lado, na revisão do PPI que lhes era proposta constava uma redução de verbas, sendo diminuído o investimento a ser feito naquele espaço, o que lhe parecia ser contraditório. -----

----- O sr. Vice-presidente usou da palavra e disse que a proposta agora apresentada tinha sofrido algumas melhorias, para além de que a mesma tinha estado sujeita a discussão pública, nada mais de significativo tendo sido alterado para além da redução do horário das 22:00 horas para as 20:00 hora, seguindo, aliás, o conselho da Assembleia Municipal. Sobre o largo junto ao campo do Touring, reconheceu que tinham que ser feitas algumas melhorias, mas também disse que já lá tinham sido feitas algumas e que não havia nada de novo na proposta, apenas se estava a tentar regularizar aquilo que já existia há muito. -----

----- O sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira disse que o parque de estacionamento junto ao Lago do Mar, assim como os lugares de parqueamento na avenida marginal da Praia de Mira eram parques que estavam em zonas de lazer e não em zonas de serviço e as pessoas não deveriam ter que pagar pelo estacionamento. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Procedeu-se de seguida à votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor dos deputados do Partido Socialista e do MEL e a abstenção dos deputados do PSD. -----

----- **Declaração de voto:** -----

----- O deputado Dr. Raul Almeida declarou, em nome da sua bancada, que a abstenção estava relacionada com alguns pormenores contidos no regulamento, nomeadamente a extensão, as condições de estacionamento, designadamente na Praia de Mira e também a questão do horário que achavam demasiado longo até às 20:00 horas. -----

----- **PONTO TRÊS: “Apreciação, nos termos da alínea c), do nº. 2, do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2006 e inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2006”.**-----

----- O representante do Executivo fez a explicação dos documentos em apreço, começando por referir que a taxa de execução, a nível da receita corrente era de cerca de 80%, a qual continha impostos directos que tinham aumentado, designadamente IMI, IMT, Imposto sobre Veículos, Sisa e Contribuição Autárquica, para além dos impostos indirectos, que também tinham aumentado, como os loteamentos e obras, mercados, feiras e lixo. A nível da receita de capital, disse que tinha havido uma diminuição, devida a transferências de capital, ao final do III Quadro Comunitário e à escassez de fundos; que, em termos absolutos, se verificava uma diminuição da receita total, em parte devido aos fundos comunitários e pelo crescimento da taxa zero dos fundos municipais, proveniente do Orçamento Geral do Estado.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A nível de principais receitas, referiu os fundos (44%), o saldo de gerência (11,6%), o IMI, o IMT, a venda de água e o lixo. Quanto à despesa corrente, disse que se tinha verificado um aumento na rubrica de despesas com pessoal e uma diminuição na rubrica de aquisição de bens e serviços, pelo facto de alguns prestadores de serviço, com carácter contínuo, passarem a ser pagos pela rubrica destinada a pessoal. Salientou, ainda, a diminuição das transferências correntes (subsídios a associações). Mais disse que o Orçamento de Estado para 2006 impunha às autarquias que as despesas com pessoal se mantivessem ao mesmo nível das verificadas no ano anterior, sendo as mesmas consideradas em sentido lato, isto é, englobavam não só as despesas com pessoal do quadro como também o pessoal em regime de avença, contrato a termo certo, tarefa e ainda a prestação de serviços esporádicos, excepto nas situações relacionadas com as transferências de competências e aumento de vencimentos. Disse ainda que, o acréscimo nas despesas com pessoal tinha sido integralmente justificado conforme o Orçamento de Estado, devido ao aumento da Caixa Geral de Aposentações, dos vencimentos, nas novas competências transferidas para as câmaras municipais, etc.. -----

----- Quanto às despesas de capital, realçou uma ligeira diminuição no investimento pago, em parte, pelo decréscimo das receitas de fundos comunitários, ainda assim havia a destacar a pavimentação da Variante Norte, acessos e marcas rodoviárias, infra-estruturas para a Incubadora (saneamento), execução de pavimentação relativamente a empreitadas de anos anteriores (vala da Cana, passagem inferior do percurso pedonal, arruamentos diversos). -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ao nível do ensino, destacou a ampliação e remodelação da Escola de Casal S. Tomé, empreitada de abastecimento de água ao Cabeço, saneamento na Presa e na Rua das Pedregueiras, projecto da lota, destacando, ainda, na Administração Geral, o projecto Aveiro Digital (renovação de equipamentos/reforços da Internet e Intranet). ----

----- No tocante ao endividamento, disse que a autarquia tinha reduzido significativamente as dívidas relativas a endividamento líquido, sendo que em 31 de Dezembro de 2005 era de 5.957.243,65 € e em 31 de Dezembro de 2006 era de 5.509.131,23 €, tendo a autarquia feito um esforço enorme para reduzir o endividamento a curto prazo e superar o problema de liquidez. Por fim, disse que a poupança corrente no ano de 2006, tinha sido negativa, em parte pelo crescimento ínfimo da receita corrente (1,4%) e pelo facto de ter sido paga grande parte da dívida transitada do ano anterior. -----

----- Seguiu-se a intervenção do sr. deputado Dr. Juan António Apolinário para, em primeiro lugar, se congratular com o trabalho desenvolvido pelos serviços respectivos, sendo de louvar a qualidade do relatório apresentado, com uma explanação clara dos elementos contabilísticos, de fácil e aprazível leitura, sendo de assinalar o bom desempenho demonstrado pelos responsáveis daquela área. Disse, depois, que se congratulavam, também, com a redução do endividamento, embora tivessem algumas perspectivas diferentes, todavia as chamadas de atenção unicamente se prendiam com o facto de pretenderem sempre mais e melhor para o concelho; que, a aposta continuada na modernização administrativa era também de louvar, quer através do programa “Salon-Line”, quer do “Sicavim”, porém duas questões o deixavam um pouco perplexo, que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era o aumento das despesas de capital, sobretudo um aumento de cerca de 49,5% de despesas com pessoal, assim como um significativo aumento das despesas correntes, na ordem dos trezentos mil euros, já para não falar nas baixas taxas de execução anual, cifradas abaixo de 24%, o que traduzia que ainda não se tinha conseguido concretizar as grandes opções do plano, apenas se estava a tentar remediar as situações herdadas ou de passado recente; que, não se vislumbrava o apoio a actividades estratégicas como era o turismo e outras actividades, apenas um enumerar de projectos que seria importante que passassem a obras reais. -----

----- O Dr. Raul Almeida interveio para dizer que o que mais ressaltava do documento em apreço era a baixa taxa de execução, o que era de lamentar, tanto mais que, aquando da aprovação do orçamento, tinha sido realçado como grande aposta a taxa de execução, tendo disso sido feita uma bandeira e agora, feitas as contas, verificava-se que, apesar do orçamento ser baixo, a respectiva taxa de execução continuava também a ser baixa. --

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Mira, sr. António Alberto questionou relativamente aos protocolos celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, porquanto do montante destinado à Junta de Freguesia de Mira (40.000,00 €), apenas tinha recebido 18.000,00 €, pese embora tivessem sido executados todos trabalhos protocolados, enquanto que a Praia de Mira tinha recebido 41.000,00 €, quando o protocolado era 30.000,00.-----

----- De novo, interveio o deputado Dr. Raul para solicitar que lhe fosse explicada a verbas atribuída à Filarmónica Ressurreição de Mira, que tinha recebido 159.600,00 €,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma diferença que considerou substancial, comparativamente com a verba atribuída às demais associações concelhias. -----

----- O sr. Vice-Presidente explicou esta última questão posta, tendo dito que tal verba englobava o subsídio à referida associação, por ocasião das comemorações do respectivo aniversário e ainda o apoio recebido pelo facto de ter sido a associação que tinha dado suporte jurídico à realização das festas de S. Tomé do ano de 2006. Quanto às verbas cedidas às Juntas de Freguesia, reconheceu que teria havido alguma diferença no tratamento relativamente às verbas protocoladas e aos montantes efectivamente já cedidos, pelo que adiantou que iria ser revista com os serviços de contabilidade a forma de agilizar mais os procedimentos no sentido de ser reposta a situação de forma equitativa. -----

----- Seguiu-se a votação do documento em apreço, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor das bancadas do Partido Socialista e MEL e a abstenção da bancada do PSD. -----

----- **Declarações de voto:** -----

----- O sr. deputado Dr. Raul Almeida declarou que a abstenção do PSD se prendia com o aumento das despesas correntes e despesas com pessoal e principalmente com a baixa taxa de execução do orçamento, já de si baixo. -----

----- O deputado sr. Engº. Carlos Monteiro declarou que reconhecia que a taxa de execução orçamental era baixa, embora lhe parecesse que havia um lapso nas contas, pelo menos a si dava-lhe um taxa de execução de 34% ; que, isso não era de agora, já de há muito se vinha a verificar e cada vez mais achava que os presidentes de câmara



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eram uns sonhadores, porquanto apresentavam orçamentos exagerados e não conseguiam cumprir. -----

----- **PONTO QUATRO: “Aprovação, nos termos da alínea b), do nº. 2, do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da 1ª. Revisão Orçamental, 1ª. Revisão ao PPI e 1ª. Revisão às AMR’s do ano de 2007”.**-----

----- Depois de uma breve explicação dada pelo sr. Vice-Presidente, Dr. Manuel Martins, o sr. deputado Dr. Juan António apresentou as seguintes questões: diminuição de 50.000,00 € à verba destinada ao estacionamento junto ao campo do Touring, em seu entender exagerada uma vez que a requalificação daquele local era importante; a contratação de estagiários no âmbito do PEPAL e ainda o retorno de funcionária do quadro, no montante de 14.000,00 €.-----

----- O Dr. Martins começou por explicar que o retorno de funcionário dizia respeito ao regresso da Drª. Cármen e os estágios no âmbito de PEPAL, dizia respeito a sete estágios profissionais . -----

----- O deputado Prof. Luis Lourenço solicitou esclarecimento relativamente ao reforço na rubrica 0504 010303 “Sanidade pecuária – subsídio familiar a crianças e jovens”, parecendo-lhe que algo não bateria certo, tendo sido esclarecido que se tratava da necessidade de um reforço de verba para pagamento de abono de família ao veterinário Municipal. -----

----- Seguidamente, foi o documento posto à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade.** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO CINCO : Alteração do Plano Director Municipal de Mira – Campo de Golfe e Zona Industrial do Montalvo – Tomada de conhecimento do parecer da CCDR-C:** -----

----- O sr. Vice-Presidente da Câmara escusou-se de fazer a apresentação do assunto, uma vez que já era de todos sobejamente conhecido, já tinha sido tratado pela Assembleia Municipal e o que agora era proposto, constava da proposta aprovada na reunião do Executivo e ainda da informação dos serviços, documentos antecipadamente remetidos a todos. -----

----- O deputado Dr. Raul Almeida, interveio para dizer que, na verdade, o assunto já ali tinha sido tratado e a proposta era de todos conhecida, pena era que, com aquele pormenor da nova discussão pública, tivesse sido perdido cerca de um ano, à conta de um formalismo legal que teve que ser cumprido, o que era de lamentar porquanto o assunto poderia já estar numa fase muito mais adiantada. Tal ponto de vista foi secundado pelo deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, sr. Carlos Milheirão, do mesmo modo que o sr. Vereador Dr. Manuel Martins fez questão de dizer que o Executivo tudo tinha feito para que o assunto tivesse o andamento mais rápido possível. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Terminada a agenda de trabalhos da sessão, pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade**.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Já na parte final dos trabalhos, pelo sr. deputado Dr. Juan António foi dirigida uma palavra de consideração ao deputado Dr. Luis Filipe Cainé, pelo seu regresso ao plenário, após um período de suspensão, por motivo de doença. -----

----**ENCERRAMENTO:** -----

----E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezassete horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----
